

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15.206/2023

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESGATE, CAPTURA E CUIDADOS VETERINÁRIOS DE ANIMAIS ERRANTES DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, OFERTA DE VAGAS PARA ALOJAMENTO E INTERNAÇÃO/CUIDADOS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE.

LICITAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICO: 21/11/2023

DATA DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 05/12/2023, às 09h00

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA/ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 05/12/2023, às 09h01

OBS: Nesta fase será informado via chat o horário da fase de lances.

REFERENCIA DE TEMPO: Para rodas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

rônica do **BBMNET – Licitações Públicas**, no endereço www.novobbmnetlicitacoes.com.br.

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente a **LEI FEDERAL Nº 8.666/1993**, com as alterações posteriores, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar 155, de 27 de outubro de 2016, Decreto Federal nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Decreto Municipal nº 4.185, de 07 de janeiro de 2020.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

As solicitações de esclarecimentos poderão ser feitas diretamente na plataforma www.novobbmnetlicitacoes.com.br em campo específico.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESGATE, CAPTURA E CUIDADOS VETERINÁRIOS DE ANIMAIS ERRANTES DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, OFERTA DE VAGAS PARA ALOJAMENTO E INTERNAÇÃO/CUIDADOS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE.**, conforme ANEXO I que integra este Edital, observadas as especificações e quantidades ali estabelecidas.

1.2. O objeto deverá obedecer às especificações contidas no Termo de Referência, sendo que os itens que não atendam as especificações serão desclassificados.

1.3. O valor estimado da contratação é de **R\$ 1.883.347,21 (um milhão e oitocentos e oitenta e três mil e trezentos e quarenta e sete reais e vinte centavos)**.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seu anexo.

2.2 - Estarão impedidos de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

2.2.1 - estejam constituídos sob a forma de consórcio;

2.2.2 - estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária ou de impedimento de licitar e de contratar;

2.2.3 - sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

2.2.4 - estejam sob falência, recuperação judicial e extrajudicial, dissolução ou liquidação;

2.2.5 - isoladamente ou em consórcio, sejam responsáveis pela elaboração do projeto básico, ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos ou subcontratados;

2.2.6 - sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

2.3 Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

a) Em consórcios ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

b) Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação, em data anterior à abertura da licitação;

c) Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura da Municipal de Jandira nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993 e em observância a Súmula 51 do TCE-SP.

d) Impedidas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Jandira, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

e) Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

f) Tiver registrado no seu contrato social incompatível com o objeto deste Pregão Eletrônico;

g) Empresas em recuperação judicial ou em processo de falência, exceto se atendido o que prevê a Súmula 50, TCE-SP;

h) Empresas estrangeiras que não operem no Brasil.

2.4 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

2.5 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

2.6 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.6.1. Caberá ao participante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão e os prazos estipulados em edital.

2.6.2. quando solicitado pelo pregoeiro à licitante se manifestar, essa terá prazo de até 30 (trinta) minutos.

2.7. Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido.

2.8. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas em lei, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL BBMNET:

3.1 – Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.novobbmnetlicitacoes.com.br, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

3.2 – As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.novobbmnetlicitacoes.com.br.

3.2.1 – Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.novobbmnetlicitacoes.com.br.

4 – PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/LANCES:

4.1 - A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio www.novobbmnetlicitacoes.com.br, opção "Login" opção "Licitação Pública" "Sala de Negociação"

4.1.1 – As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste edital.

4.2 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.3 - Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4.3.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via “chat” do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

4.4 - Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

4.5 - O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “www.bbmnetlicitacoes.com.br”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

5. DAS PROPOSTAS

5.1 O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.2. Os preços unitários e totais serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, com 2 (duas) casas decimais, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

5.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou condição não prevista ao Edital e seus anexos.

5.3. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão-de-obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

5.5. Não será admitida proposta inferior à quantidade prevista neste Edital.

5.6. O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

5.7. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da sua apresentação, ficando automaticamente prorrogado por igual(s) período(s), no caso de recurso, suspensão ou quaisquer outros motivos justificados, até a data da assinatura do contrato/termo de ata.

5.8. A proposta eletrônica de preço deverá estar acompanhada de “Planilha Proposta Comercial”, elaborada nos moldes do Anexo II do edital e preenchida em todos os seus itens, com os preços ofertados pela licitante, sendo que os preços unitários e os preços totais deverão ser expressos com duas casas decimais.

5.9. Só serão aceitos arquivos contendo o(s) anexo(s) indicado(s) no subitem acima, elaborado(s) no(s) formato(s) indicado(s) no formulário eletrônico de encaminhamento da proposta.

5.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

5.11. Por força do decreto nº 2.798/07, o preço unitário contratado não poderá ser superior ao valor unitário constante no anexo I do edital.

5.12. Ao encaminhar a oferta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher as informações inserir Ficha Técnica(sem identificação) e a proposta readequada (modelo anexo II do edital) solicitada pelo pregoeiro após negociação com a empresa classificada em 1º lugar, com identificação.

5.13 verificar a condição da empresa caso ela seja ME/EPP e informar em campo próprio da plataforma BBMNET Licitações

6 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES:

6.1 - A partir do horário previsto no edital, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado no item 4.1, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

6.2 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.1 – Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

6.2.2 – Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o lote.

6.3. O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 1.000,00 (mil) reais e incidirá sobre o valor global.

6.4 - Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes da mesma licitação.

6.5. A fase de lances será no formato **ABERTO**: O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática. O sistema informará **“Dou-lhe uma”** quando faltar 02m00s (dois minutos para o término da etapa de lances (sessão pública), **“Dou-lhe duas”** quando faltar 01m00s (um minuto) e **“Dou-lhe três – Fechado”** quando chegar no tempo programado para o encerramento. Na hipótese de haver um lance de preço menor que o menor lance de preço registrado no sistema, nos últimos 02m00s do período de duração da sessão pública, o sistema prorrogará automaticamente o tempo de fechamento em mais 02m00s a partir do momento do registro do último lance, reiniciando a contagem para o fechamento, a partir do “Dou-lhe uma” e, assim, sucessivamente.

6.6.1 O pregoeiro tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima.

6.6.2 Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes são avisados via chat na sala de negociação, a linha do lote/item também indica essa fase (na coluna Situação) e, no caso de uma Prorrogação Automática, o ícone de “Dou-lhe uma”, “Dou-lhe duas”, é exibido;

6.7. Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/MEI, conforme procedimento detalhado no item 9 deste Edital.

6.8 - O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

7 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

7.1 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor global, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

7.2 - Após o encerramento da sessão de disputa e estando o menor preço, o Pregoeiro negociará o preço.

7.3 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da **Lei 10.520/2002 e 8.666/93**. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas nos itens 8 e 9 deste Edital.

7.3.3 – No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos nos itens 8 e 9, a contar da convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.

7.3.4 - A inobservância aos prazos elencados nos itens 8 e 9, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

7.4 - Se a proposta ou lance do maior desconto não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.5 - Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.

7.6 - Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.

7.7 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pelo Pregoeiro.

7.8 A licitante terá até 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequado ao último lance ofertado após a negociação.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos relativos à habilitação dos licitantes, deverão ser encaminhados até o fim de recebimento das propostas, conforme previsto neste edital, por meio eletrônico (upload), nos formatos (extensões) “pdf”, “doc”, “xls”, “png” ou “jpg”, observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma www.novobmnetlicitacoes.com.br.

8.2. Franqueada vista aos interessados, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.

8.3. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

8.4. A proposta comercial requerida no item 5 e os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos de habilitação constantes no item 8, bem como os enviados na forma constante da alínea “c”, deverão ser apresentados **na Diretoria Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Jandira**, Rua Elton Silva, 1.000 – Parque JMC – CEP. 06600-025 - Jandira - SP, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

8.4.1. Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

8.4.2. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

8.5. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

8.6 - A(s) licitantes deverão atender ao item 8.1, apresentando os documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária.
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social, através de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, referente a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e Dívida Ativa União - expedida pelo Ministério da Fazenda - Procuradoria Geral da Fazenda - Receita Federal do Brasil (PORTARIA CONJUNTA RFB / PGFN Nº 1751, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014).
- d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação da Certidão de Tributos Mobiliários.
- e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão atualizada das ações relativas à falência e à recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, se for o caso, com prazo de validade em vigor na data de entrega dos envelopes, ou emitida em até 90 (noventa) dias anteriores à data da entrega dos envelopes, caso não possua prazo de validade indicado.
- a.1) Caso a certidão apresentada seja, a Positiva com efeito de Negativa, deverá à interessada apresentar seu plano de recuperação judicial, já homologado pelo Juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidas neste edital.
- b) Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.
- c) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

8.1.4. DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES

8.1.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV.1**, atestando que:

- a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.3 deste Edital;
- c) atende a todos os requisitos de habilitação;
- d) inexistente fato superveniente impeditivo da habilitação;

8.1.4.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013.

8.1.4.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV.3**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

8.1.4.3.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

8.1.4.3.2. Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

8.1.4.3.3. Se sociedade cooperativa, pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

8.1.4.4. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV.4**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

8.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.5.1 Comprovação de aptidão para fornecimento de objeto pertinente e compatível com o objeto desta licitação, por meio de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, que ateste(m) a licitante ter fornecido 50% (cinquenta por cento) do objeto.

8.1.5.2 O(s) atestados deverão ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu, com a devida identificação e cargo.

8.1.5.3 . O(s) atestado(s) deverão ser emitidos (os) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, deve(m) estar em papel timbrado, com a devida identificação e assinatura do responsável;

8.1.5.4 . O(s) atestado(s) de capacidade poderá (ão) ser objeto(s) de diligência, a critério desta Prefeitura, para verificação de autenticidade de seu(s) conteúdo(s);

8.1.5.5 . Encontradas divergências entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação do contrato de fornecimento entre o emissor do atestado e a LICITANTE, além da desclassificação no processo licitatório, estará a LICITANTE sujeita a penalidades.

8.1.6. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

8.1.6.1. Superada a etapa de lances e habilitação, à empresa classificada em primeiro lugar, caberá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis no Departamento de licitação, os seguintes documentos:

8.1.6.2. Declaração de que todo o serviço que será prestado está de acordo com as resoluções do Conselho Federal de Medicina Veterinária e Conselho Regional de Medicina Veterinária;

8.1.6.3. Apresentar a Licença de Funcionamento da Prefeitura do município onde se encontra o local/recinto de alojamento dos animais;

8.1.6.4. Apresentar certidão da empresa de Regularidade Técnica perante o CRMV/SP;

8.1.6.5. Apresentar Responsável Técnico legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) e no caso de contratação de funcionários médico veterinário, apresentar o registro no CRMV;

8.1.6.6. Apresentar termo de responsabilidade quanto ao destino das carcaças animais e material hospitalar conforme legislação vigente.

8.1.7 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1.7.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões e procurações apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8.1.7.2. Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em **nome da matriz e com CNPJ da matriz**. E se for **filial** todos os documentos deverão estar em **nome e com CNPJ da filial**, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

8.1.7.3. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 8.1.4. deste Edital, das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

8.1.7.4. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.1.7.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

8.1.7.6. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

8.1.7.7. A licitante será inabilitada se deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los com irregularidades, em desacordo com o estabelecimento neste Pregão, não se admitindo complementação posterior.

8.1.7.8. Serão aceitas certidões positivas, com efeito, de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.1.7.9. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.1.7.10. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor, ou caso o resultado não seja divulgado na sessão, a contar da publicação do resultado do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

8.1.7.11. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do Art. 4º, inciso XXIII da Lei nº. 10.520/02.

9 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS:

9.1 – O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte, às microempresas e às cooperativas de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

9.1.1 – Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

9.1.1.1 - O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

9.1.2 – Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

9.1.2.1 – Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

9.1.2.2 – Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa. Nesse caso, o pregoeiro convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação.

9.1.3 – Caso ocorra a situação de empate, o pregoeiro convocará o representante da empresa de pequeno porte, da microempresa ou da cooperativa mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o item no prazo de cinco minutos.

9.1.3.1 – Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que porventura possuam lances ou propostas, deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

9.1.3.2 – A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que apresentar o melhor lance, inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa, será considerada arrematante pelo pregoeiro, que encerrará a disputa na sala virtual.

9.1.3.3 – O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

9.1.4 – Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, seja desclassificada pelo pregoeiro, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.

9.1.4.1 – Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

9.1.4.2 – No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, o pregoeiro o fará através do “chat de mensagens”.

9.1.4.3 – A partir da convocação, a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, poderá oferecer proposta inferior à então mais bem classificada, através do “chat de mensagens”, dentro do prazo definido pelo pregoeiro, sob pena de preclusão de seu direito.

9.1.4 – O julgamento da habilitação das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

9.1.5 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pelo pregoeiro. O prazo de 05 (cinco) dias

úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.

10 – RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado no Preâmbulo deste Edital.

10.2. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, opção “**RECURSO**”. A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no 10.1.

10.3. A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 10.1 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame ao vencedor na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

10.4. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

10.6. A adjudicação será feita por item, conforme o detalhamento constante do Termo de Referência, anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

11 - DA CONTRATAÇÃO

11.1 - A licitante classificada nos termos da presente licitação será convocada para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de convocação a assinar o termo de contrato / ata, **nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, anexo III do presente Edital**. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, desde que solicitado por escrito pela adjudicatária durante seu transcurso e que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

11.2 – Caso a licitante classificada não atenda o item anterior, nessa hipótese, o processo retornará ao pregoeiro, que convocará os licitantes e, em sessão pública, procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seu ofertante, seguindo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o Termo de Contrato.

11.3 - No prazo fixado na convocação específica caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta licitação, sujeitando-a as penalidades neste Edital e na legislação vigente.

12. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

12.1 O prazo contratual terá sua vigência por 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

13. PRAZO DA EXECUÇÃO DE SERVIÇO

13.1 Os serviços serão executados pela CONTRATADA conforme CRONOGRAMA constante no item VIII anexo I - Termo de Referência do edital.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 À contratante caberá o recebimento do serviço e a verificação de que foram cumpridos os termos, especificações e demais exigências, através da emissão de Atestado de Realização dos Serviços do período correspondente.

14.2 Constatadas quaisquer irregularidades na execução do serviço, a contratante poderá:

14.3 Rejeitá-lo no todo ou em parte, se não corresponder às especificações técnicas exigidas, determinando sua substituição e/ou correção;

14.4 Determinar sua complementação, se houver diferença de quantidades ou de partes, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

14.5 Determinar a correção, reparação ou substituição, à expensas da Contratada, no total ou em parte, dos serviços, na hipótese de se verificar vícios, defeitos e/ou incorreções resultantes da sua execução.

14.6 As irregularidades deverão ser sanadas pela Contratada imediatamente, após o recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

15. DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, conforme realização de serviços após validação da equipe da Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal de Jandira.

Atenção: deverá constar OBRIGATORIAMENTE no corpo da N.F., o número do contrato ou A.F., o número da licitação e/ou processo.

15.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

15.3. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco.

15.4. Nos pagamentos em atraso serão acrescidos de juros de mora da caderneta de poupança, previstos nas Leis Federais números 9.494/97 e 11.960/99, *pro rata tempore*.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes das futuras contratações, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento vigente, na seguinte dotação:

ÓRGÃO DA DESPESA	ELEMENTO ECONÔMICO	FUNCIONAL E PROGRAMÁTICA	FONTE	SECRETARIA
73	04.10.00	3.3.90.39.99 18.541.6006.2225	01	Meio Ambiente

17. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

17.1 - Ficar impedida de licitar e contratar com a Administração da Prefeitura de Jandira pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

17.2 - Pela recusa injustificada em assinar o Termo de contrato/ata de registro de preços ou retirar o instrumento equivalente no prazo em que foi convocado - multa compensatória de vinte por cento (20%) sobre o valor total da contratação, inaplicável aos licitantes convocados nos termos do parágrafo 2º do artigo 64 da Lei Federal nº. 8.666/93.

17.3 - Pelo atraso na execução do contrato – multa moratória de cinco décimos por cento (0,5%) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), após poderá ser considerada infração contratual, e levar a rescisão contratual.

17.4 - Pela infração a qualquer das cláusulas contratuais – multa contratual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

18. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

18.1. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, diretamente na plataforma www.novobmmnetlicitacoes.com.br. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

18.3. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

18.4. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.2. Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pela Coordenadoria de Compras Eletrônicas, da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

19.3. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do Regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

19.4. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

19.4.1. Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

19.4.2. Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

19.5. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

19.6. A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

16.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.7.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

19.7.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. A Prefeitura, na salvaguarda de seus interesses e conveniências poderá solicitar, e as licitantes obrigam-se a prestar todos os esclarecimentos necessários, quer através de documentos ou de sindicâncias e verificações "in loco", visando aferir a capacidade técnica e administrativa destas, podendo, ainda, promover diligências nos termos previstos no parágrafo terceiro do artigo 43, da Lei n.º 8.666/1993.

19.9. O Pregoeiro poderá solicitar assessoria técnica de quaisquer outros departamentos da Prefeitura ou de terceiros, em qualquer fase deste procedimento licitatório, bem como lhe fica assegurado o direito de, se assim julgar necessário ou conveniente, visitar as dependências das licitantes, para nelas verificar as condições de trabalho e de atendimento às exigências deste Edital.

19.10. O Pregoeiro poderá no decorrer do procedimento licitatório, inclusive na fase de análise de documentação de habilitação e propostas, solicitar análise e manifestação de uma assessoria jurídica e/ou contábil para embasar as suas decisões.

19.11. A detentora se obriga a manter, durante toda a execução da ata do contrato / ata de registro de preços, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas nesta licitação.

19.12. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e www.jandira.sp.gov.br, opção para "para empresas".

19.13. Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

19.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da cidade de Jandira.

19.15. Integram o presente Edital:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE FORMULÁRIO DE PROPOSTA

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO;

ANEXO IV – MODELOS DE DECLARAÇÕES (ANEXO VI.1, VI.2, VI.3 E VI.4);

ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO;

19.16. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da cidade de Jandira.

Jandira, 17 de Novembro de 2023

Marcelo Marques de Souza
Secretário Municipal de Meio Ambiente

ANEXO I TERMO DE REFERENCIA

1. Objeto: Serviços de resgate, captura e cuidados veterinários de animais errantes de pequeno, médio e grande porte, oferta de vagas para alojamento e internação/cuidados.

1.1. A modalidade da licitação deverá ser global haja vista que os serviços solicitados, inclusive os serviços que serão variáveis de acordo com as necessidades de cada animal capturado, serão realizados em decorrência justamente da condição clínica de cada animal;

1.2. Os serviços médico veterinários em referência no termo são os mais comuns e muitos devem ser realizados no momento da captura, por exemplo, nos casos de atendimento a emergência de atropelados onde a execução deve ser imediata haja vista o risco iminentemente de morte a depender da gravidade do caso não podendo portanto ser terceirizado;

1.3. Da mesma forma os serviços veterinários podem ser necessários para animais alojados e portanto quanto antes forem executados favorecem a boa recuperação do animal;

1.4. E finalmente, os serviços solicitados fazem parte de um conjunto de ações que o animal a ser atendido irá necessitar, não podendo portanto ser fracionado por empresas. Uma vez que o objeto de atendimento do contrato está relacionado à assistência à saúde animal.

2. Justificativa: O serviço médico veterinário para captura e apreensão de animais errantes obedece a alguns princípios éticos, quais sejam o respeito à vida, a compreensão das relações ambientais, a prevenção de doenças, por meio do manejo e posse responsável de cães e gatos, orientados e amparados por disposições legais. Os riscos de agravos ou mesmo sua ocorrência podem colocar em risco a saúde e a vida de pessoas e de animais pelo seu trânsito sem controle em vias públicas. Bem como, animais que amedrontam por sua postura inamistosa, que latem ruidosamente à aproximação de prestadores de serviços domiciliares podem determinar desconfortos, lesões ou traumas de ordem psicológica, para os quais são necessários atendimentos médicos e procedimentos de complexidade variável.

Além disso, hoje encontramos situações contrárias ao abandono sendo estas as condições de acumuladores de animais e/ou animais submetidos a maus tratos sendo a municipalidade acionada judicialmente para a apreensão guarda e tutela destes animais. Assim, a justificativa pauta-se na necessidade de atendimento à demandas judiciais, principalmente na atenção à saúde pública, na prevenção de acidentes, agravos e doenças de comportamento zoonótico que acometem os animais e o homem em meio urbano. Portanto, o serviço consiste visando a melhoria do bem estar dos animais, da vida humana e um meio ambiente equilibrado.

3. Objeto detalhado:

3.1. Resgate, captura, apreensão e alojamento de animais errantes

3.1.1. Os serviços de resgate, captura, apreensão e alojamento somente serão aceitos se executados de acordo com as normas e legislações aplicáveis, resoluções dos CRMV/CFMV e especificações constantes neste termo de referência;

3.1.2. A empresa vencedora deverá comparecer a toda chamada da administração municipal, que poderá ocorrer de segunda-feira a sexta-feira, finais de semana e feriados, em qualquer horário do dia ou à noite, ou seja, 24 horas por dia, e em qualquer localidade do Município de Jandira, para efetuar resgate/captura dos animais;

3.1.3. Disponibilizar um telefone de contato que funcione 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias na semana, incluindo sábado, domingo e feriados, para solicitação de resgate/captura sendo que o atendimento deverá ser realizado em até 1 (uma) hora após solicitação;

3.1.4. O atendimento a emergência nos casos de animais envolvidos em atropelamento e agressões, deverá ser realizado em no máximo 1 (uma) hora após o chamado, inclusive finais de semana e feriados;

3.1.5. Os serviços de captura poderão ser realizados mediante a solicitação da administração pública, por meio da Secretaria de Meio Ambiente ou Guarda Municipal;

3.1.6. No caso de atendimento de animais no período noturno ou horário em que não haja expediente na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a contratada deverá notificar a Secretaria de Meio Ambiente, sobre o atendimento realizado e todas as providências que foram necessárias, no primeiro dia útil subsequente ao resgate;

3.1.7. A solicitação de captura deverá indicar o local onde se encontra(m) o(s) animal(is) e o contato de um responsável pelo chamado;

3.1.8. Não serão aceitas solicitações feita por particulares;

3.1.9. O animal capturado deverá receber acompanhamento médico veterinário a partir do momento do resgate/captura e durante todo o período de sua permanência no alojamento dentro do período de recuperação em virtude da gravidade do quadro clínico e das condições do animal;

3.1.10. A contratada deverá recolher e alojar os animais capturados para local específico para este fim, de acordo com as condições físicas do animal, com instalações aprovadas pela municipalidade, ficando sob sua responsabilidade até que sejam liberados, adotados, reabilitados ou outro fim recomendável pela Secretaria de Meio Ambiente;

3.1.11. A empresa deverá possuir veículos próprios com no máximo 05 (cinco) anos de fabricação, específicos para remoção de animais de pequeno, médio e grande porte (transporte de carga viva) devidamente seguro, equipado com todos materiais, necessários para otimização do serviço de resgate. Os veículos deverão estar devidamente identificados com informações da empresa contratada (logo e serviço). Os animais deverão ser transportados em veículo apropriados para resgate ou captura, em condições de uso e higienização, sem riscos de fuga de animais no trajeto até o local do alojamento, com um número adequado de animais, mantendo-os em uma situação segura;

3.1.12. Os veículos deverão ser compatíveis com o tamanho do animal, com rampa de acesso emborrachada para animais de grande porte, sendo proibidas as gaiolas de reboque;

3.1.13. O transporte para captura dos animais é de responsabilidade e custeio da contratada. O veículo utilizado para o referido transporte deverá estar em perfeitas condições técnicas, documentação regularizada junto ao DETRAN e estar com a manutenção em dia, bem como higienizado;

3.1.14. Todos os gastos com combustível, manutenção do veículo, danos materiais ou pessoais a seus funcionários ou terceiros, será de inteira responsabilidade da contratada;

3.1.15. Disponibilizar profissionais habilitados para efetuar a captura dos animais que estiverem soltos ou abandonados nas vias públicas e vias de acesso ao município dentro dos limites do município de Jandira e que possam oferecer algum risco à população. Os funcionários deverão estar sempre identificados com crachás e devidamente uniformizados;

3.1.16. Todos os animais capturados devem ser avaliados quanto à existência de microchips, tatuagens ou outro tipos de marcação, com a finalidade de encontrar o tutor;

3.1.17. Os animais ficarão sob responsabilidade da contratada que deverá fornecer água e alimentação de acordo com cada espécie, manejo e manutenção dos animais, guarda, microchipagem e todo suporte médico veterinário quando necessário, incluindo toda medicação, vacinas, vermífugos e esterilização cirúrgica (quando oportuna);

3.1.18. Todo canídeo e felino capturado deve ser avaliado quanto à esterilização. Quando o animal não apresentar sinais do procedimento, independentemente do sexo, porte e raça, deve ser realizada cirurgia de ovariossalpingohisterectomia nas fêmeas e orquietomia nos machos, através de procedimentos anestésicos e cirúrgicos, realizados exclusivamente por médicos veterinários devidamente habilitados e respeitando os preceitos técnicos e éticos;

3.1.19. O animal reconhecido como comunitário quando recolhido para fins de esterilização cirúrgica, será devolvido à comunidade de origem quando apto, após a assinatura de termo de compromisso de seu cuidador principal;

3.1.20. Para todo animal capturado, advindo de atropelamento ou de maus tratos, compete a contratada a obrigação de realizar uma avaliação clínico-cirúrgica e proceder à intervenção necessária de acordo com as condições apresentadas pelo animal, bem como pelas circunstâncias em que o resgate ocorreu de acordo com a legislação vigente;

3.1.21. A empresa vencedora deverá executar o resgate de animais em residências, quando se tratar de doença de caráter zoonótico desde que solicitado pela Secretaria de Meio Ambiente;

3.1.22. A empresa vencedora deverá executar o resgate de animais em residências, quando se tratar de maus tratos constatados em vistorias pela equipe de meio ambiente e/ou guarda ambiental e/ou controle de zoonoses do município. Neste caso, o proprietário do animal assinará um Termo de Autorização de Retirada, podendo, em casos graves de maus tratos, ser autuado e, todo o tratamento do animal pela empresa contratada será anexado no processo de autuação;

3.1.23. Quando o animal apresentar suspeita de doenças de caráter zoonótico será obrigatório à emissão de Laudo Clínico, emitido por médico veterinário, a ser encaminhado para conhecimento da Secretaria de Saúde;

3.1.24. Os casos em que a retirada ocorrer para tratamento de animal com tutor considerado de baixa renda, a solicitação deverá ser acompanhada de declaração de pobreza assinada por uma assistente social vinculada a administração municipal quando o tutor não constar no cadastro de programas sociais;

3.1.25. A equipe da Secretaria de Meio Ambiente fará a avaliação prévia e autorização dos casos a serem encaminhados para o serviço, uma vez que há necessidade de atendimento às legislações vigentes quanto aos critérios de recolhimento de animais;

3.1.26. Os procedimentos médico veterinário deverão ser supervisionados por um responsável técnico, regularmente registrado no CRMV e serem executados com os profissionais e equipamentos do serviço contratado, inclusive com o fornecimento de todos os insumos e medicamentos necessários para prestação do serviço. A equipe municipal, eventualmente e de acordo com a especificidade do serviço, poderá auxiliar e/ou executar em conjunto algum procedimento;

3.1.27. Todos os gastos em revezamento de funcionários e horários estipulados para a segurança 24 (vinte e quatro) horas do local do alojamento. Atendimento médico veterinário, traslado, guarda, alimentação adequada para os animais, medicamentos e insumos, limpeza de canil, gatil e baias individuais apropriados ao tamanho de cada animal, são de responsabilidade da contratada;

3.1.28. A contratada deverá emitir relatório com dados relativos ao animal capturado, com resumo das condições encontradas, informando quaisquer ferimentos aparentes e procedimentos a serem realizados, sendo que este relatório deverá ser assinado pelo profissional emissor (médico veterinário), bem como, cada animal deverá ter seu prontuário individualizado ficando disponível para consulta, a qualquer momento pela Secretaria de Meio Ambiente.

3.2. Alojamento

3.2.1. Trata-se da prestação de serviço para animais de pequeno, médio e grande porte provenientes da captura/ resgate originário de demandas do município ou judiciais, sendo que tais serviços envolvem o fornecimento de alimentação, serviços médico veterinários de rotina, incluindo material e expediente de funcionários;

3.2.2. Para o serviço de alojamento e internação será obrigatório o acompanhamento médico veterinário, com emissão de relatório mensal detalhando da saúde dos animais alojados;

3.2.3. Todos os animais alojados deverão ser vermifugados, vacinados, microchipados e esterilizados (quando oportuno);

3.2.4. A contratada será responsável pelo traslado e alojamento dos animais remanescentes do contrato anterior;

3.2.5. O Médico Veterinário da contratada deverá estar no local do alojamento semanalmente e/ou quando solicitado pela Secretaria de Meio Ambiente;

3.2.6. O local específico dos animais deverá possuir capacidade para atender a demanda, de modo que os animais captuados sejam alojados conforme orientação técnica vigente no que concerne ao espaço físico, e que não sejam maltratados, incubados ou engaiolados em pequenos cubículos ou espaços não condizentes com seu porte;

3.2.7. As instalações dos animais no canil, gatil e baias devêem proporcionar o conforto e bem estar destes. Os animais residentes devem ter acesso a locais onde possam expressar seus comportamentos naturais, como correr, pastar, afiar as garras e passear diariamente, sempre com acompanhamento de pessoal capacitado para tal;

3.2.8. O local específico deverá possuir área de quarentena, separada do canil, gatil, baias, para atender e manter os animais com doenças transmissíveis. Quando da finalização do tratamento, esses animais deverão ser transferidos para o canil, gatil ou baia, de acordo com sua espécie;

3.2.9. O local específico deverá possuir áreas cobertas que abriguem os animais de chuvas, serenos ou outros tempos climáticos, com sistema de alimentação natural de luz, compatível ao porte e espécie do animal. O local também deve possuir espaços individuais ou pelo menos separando macho e fêmea, fêmea com filhotes e por tipo de animais tendo por norteador os requisitos da Resolução n.º 2.455 de 2015 do CRMV e suas atualizações, ou norma que a revogue, manuais técnicos vigentes para projetos de centros de controle de zoonoses;

3.2.10. Deverá ser fornecida alimentação adequada aos animais, bem como a limpeza e higienização dos local de acordo com as leis e normas vigentes aplicáveis;

3.2.11. Cuidar da higiene dos animais sob sua responsabilidade, inclusive no que tange ao banho e tosa dos mesmos, quando necessário e solicitado;

3.2.12. É obrigatório à equipe médico veterinário da contratada zelar pela saúde do animal capturado e/ou residente do canil, gatil e baias, devendo sempre atendê-los quando necessário;

3.2.13. Todos os equipamentos, materiais, insumos e medicamentos utilizados nos procedimentos médico veterinários são de responsabilidade da contratada e deverão possuir registro junto ao Ministério da Saúde ou Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dentro do prazo de validade e com indicação de uso aos procedimentos realizados;

3.2.14. Os equipamentos necessários ao bom desempenho dos serviços devem estar em perfeitas condições de uso, limpeza e manutenção, obrigando-se o serviço credenciado a substituir aqueles que não atenderem estas exigências no prazo de até 02 (dois) dias úteis;

3.2.15. É obrigatório que cada animal atendido receba prontuário clínico com foto a ser anexado na ficha de captura preenchida pela contratada. Nesse prontuário deverão estar descritos o peso do animal, os procedimentos médico veterinários adotados com as respectivas datas em que estes ocorreram, os medicamentos utilizados, o código do microchip implantado (se for o caso) e qualquer intercorrência desde a captura do animal até o encaminhamento final do mesmo. A contratada deverá manter 01 (uma) via desse prontuário arquivada em consonância com as determinações legais, e este prontuário deve estar sempre disponível para a equipe da Secretaria de Meio Ambiente para controle dessas informações;

3.3. Da eutanásia

3.3.1. Na hipótese de grave enfermidade constatada pelo Médico Veterinário que não tenha cura ou qualquer tipo de tratamento reconhecido cientificamente ou ainda que o animal esteja em sofrimento, a CONTRATADA deverá encaminhar Laudo Veterinário que justifique o procedimento. O contratado deverá dar destinação adequada ao cadáver do animal e caso seja necessária alguma investigação epidemiológica, fornecer materiais de coleta que serão solicitados pela Secretaria de Meio Ambiente, para controle dessas informações;

3.3.2. A eutanásia de animais que não forem procurados/resgatados pelos seus tutores e que se encontram em fase terminal, somente será permitida em caráter excepcional, nos casos previstos em lei. Tais casos processar-se-ão mediante diagnóstico médico veterinário, acompanhado de laudo conclusivo que justifique o procedimento;

3.3.3. A eutanásia de animais nos termos do inciso anterior será através de métodos indolores e instantâneos, sendo vedado o uso de métodos que submetam os animais à crueldade de acordo com as Resoluções vigentes do CRMV e CFMV;

3.3.4. A empresa deverá contar com local para necropsia (coleta de material biológico *pós morte*).

3.4. Da adoção

3.4.1. Cabe a contratada disponibilizar os animais para adoção quando estiverem aptos para tal, bem como participar de campanhas de adoção realizadas na cidade de Jandira quando solicitado pela contratante, podendo as mesmas serem mensais, quinzenais ou de acordo com a disponibilidade de animais;

3.4.2. Quando da adoção do animal, o futuro tutor deverá preencher um termo de responsabilidade com nome, endereço, RG (com cópia anexada), CPF (com cópia anexada), telefone de contato e e-mail. Neste termo também deverá conter o número do microchip de identificação do animal, peso e foto do mesmo, e uma cópia desse termo deverá ser anexado à ficha de retirada do animal;

3.4.3. Todos os filhotes de cães e gatos recolhidos, que não forem doados antes da 2ª dose de vermifugo e antes da 2ª dose da vacina e/ou 3ª dose deverão ser vacinados pela contratada, de acordo com protocolo de vacinação vigente;

3.4.4. Todos os animais de pequeno porte recolhidos e que forem mantidos por período superior a um ano deverão receber reforço de vacinação pela contratada, de acordo com o protocolo de vacinação vigente;

3.4.5. A contratada deverá fornecer fotos e dados dos animais alojados disponíveis para adoção sempre que forem solicitados pela Secretaria de Meio Ambiente, para alimentação do site de adoção municipal.

3.5. Exames e tratamentos

Os resultados de exames e histórico de tratamento devem ficar anexo ao prontuário do animal para consulta a qualquer momento pela Secretaria de Meio Ambiente.

4. Qualificação técnica

Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, em nome da licitante, similares com o objeto licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem quantitativos razoáveis, assim considerados em 50% (cinquenta por cento), no mínimo, na execução pretendida:

- Os atestados deverão conter período de execução dos serviços (prazo contratual com data de início e término), referente a 50% das quantidades do termo de referência;
- Comprovação dos atestados de capacidade técnica por meio de notas fiscais.

5. Documentação Técnica

A CONTRATADA deverá cumprir a legislação municipal, estadual e federal vigente.

6.2. A licitante deverá apresentar:

- Declaração de que todo o serviço que será prestado está de acordo com as resoluções do Conselho Federal de Medicina Veterinária e Conselho Regional de Medicina Veterinária;
- Apresentar a Licença de Funcionamento da Prefeitura do município onde se encontra o local/recinto de alojamento dos animais;
- Apresentar certidão da empresa de Regularidade Técnica perante o CRMV/SP;
- Apresentar Responsável Técnico legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) e no caso de contratação de funcionários médico veterinário, apresentar o registro no CRMV;
- Apresentar termo de responsabilidade quanto ao destino das carcaças animais e material hospitalar conforme legislação vigente.

6. Especificação e Mapa de Preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Eutanásia	20	R\$ 90,80	R\$ 1.816,00
PROCEDIMENTOS CONVENCIONAIS				
02	Curativo	800	R\$ 14,55	R\$ 11.642,67
03	Punção abdominal	12	R\$ 38,62	R\$ 463,48
04	Retirada de corpo estranho	4	R\$ 90,12	R\$ 360,47
05	Retirada de tumor cutâneo	6	R\$ 195,17	R\$ 1.171,00
06	Antibioticoterapia - até 10kg	175	R\$ 14,49	R\$ 2.535,17
07	Antibioticoterapia - de 11 a 20kg	175	R\$ 64,21	R\$ 11.237,33
08	Antibioticoterapia - acima de 21kg	175	R\$ 20,73	R\$ 3.627,17
09	Antiinflamatório - até 10 kg	175	R\$ 11,20	R\$ 1.959,42
10	Antiinflamatório - de 11 a 20kg	175	R\$ 16,16	R\$ 2.828,58
11	Antiinflamatório - - acimã de 21kg	175	R\$ 20,73	R\$ 3.627,17
12	Soroterapia - até 10kg	100	R\$ 51,90	R\$ 5.189,67
13	Soroterapia - de 11 a 20kg	100	R\$ 64,37	R\$ 6.436,67
14	Soroterapia - acima de 21kg	100	R\$ 76,83	R\$ 7.683,33
15	Vermifugação - até 10kg	150	R\$ 6,19	R\$ 928,00

16	Vermifugação - de 11 a 20kg	150	R\$ 7,85	R\$ 1.178,00
17	Vermifugação - acima de 21kg	150	R\$ 9,91	R\$ 1.486,00
18	Exeresse de tumor até 10kg	3	R\$ 240,66	R\$ 721,99
19	Exeresse de tumor de 11 a 20kg	3	R\$ 286,50	R\$ 859,50
20	Exeresse de tumor acima de 21kg	3	R\$ 340,44	R\$ 1.021,32
21	Necropsia	7	R\$ 199,20	R\$ 1.394,40
22	Remoção de miíase até 10 kg	15	R\$ 66,40	R\$ 995,95
23	Rêmoção de miíase de 11 a 20kg	15	R\$ 91,34	R\$ 1.370,15
24	Remoção de miíase acima de 21kg	15	R\$ 116,32	R\$ 1.744,75
25	Sessão de Ouimioterapia com Vincristina - até 10kg	12	R\$ 78,86	R\$ 946,28
26	Sessão de Quimioterapia com Vincristina - de 11 a 20kg	12	R\$ 103,81	R\$ 1.245,76
27	Sessão de Quimioterapia com Vincristina - acima de 21kg	12	R\$ 128,75	R\$ 1.544,96
28	Tranquilização até 10kg	6	R\$ 53,92	R\$ 323,54
29	Tranquilização de 11 a 20kg	18	R\$ 66,40	R\$ 1.195,14
30	Tranquilização acima de 21kg	12	R\$ 78,86	R\$ 946,28
31	Transfusão de sangue até 10kg	6	R\$ 154,90	R\$ 929,38
32	Transfusão de sangue de 11 a 20kg	6	R\$ 166,16	R\$ 996,94
33	Transfusão de sangue acima de 21kg	6	R\$ 178,55	R\$ 1.071,32
34	Tratamento contra ectoparasitas (pour on) até 10kg	62	R\$ 19,91	R\$ 1.234,21
35	Tratamento contra ectoparasitas (pour on) de 11 a 20kg	62	R\$ 26,97	R\$ 1.672,14
36	Tratamento contra ectoparasilas (pour on) acima de 21kg	62	R\$ 39,44	R\$ 2.445,28
37	Tratamento sarna (demodécica, fúngica, sarcoptica) até 10kg	30	R\$ 26,97	R\$ 809,10
38	Tratamento sarna (demodécica, fúngica, sarcoptica) de 11 a 20kg	30	R\$ 39,44	R\$ 1.183,20
39	Tratamento sarna (demodécica, fúngica, sarcoptica) acima de 21kg	30	R\$ 51,90	R\$ 1.556,90
CIRURGIAS OTOLÓGICAS				
40	Amputação pavilhão auricular unilateral até 10kg	2	R\$ 332,00	R\$ 664,00
41	Amputação pavilhão auricular unilateral de 11 a 20kg	2	R\$ 394,36	R\$ 788,71
42	Amputação pavilhão auricular unilateral acima de 21kg	2	R\$ 460,75	R\$ 921,50
43	Otohematoma unilateral até 10kg	2	R\$ 153,69	R\$ 307,39
44	Otohematoma unilaleral de 11 a 20 kg	2	R\$ 190,29	R\$ 380,58
45	Otohematoma unilateral acima de 21kg	2	R\$ 230,55	R\$ 461,11
CIRURGIAS OFTÁLMICAS				
46	Ectrópio unilateral até 10kg	2	R\$ 166,16	R\$ 332,31
47	Ectrópio unilateral de 11 a 20kg	2	R\$ 191,10	R\$ 382,21
48	Ectrópio unilateral acima de 21kg	2	R\$ 228,51	R\$ 457,01
49	Entrópio unilateral até 10kg	2	R\$ 166,16	R\$ 332,31
50	Entrópio unilaleral de 11 a 20 kg	2	R\$ 191,10	R\$ 382,21
51	Entrópio unilateral acima de 21kg	2	R\$ 227,71	R\$ 455,42
52	Enucleação do globo ocular até 10kg	2	R\$ 202,75	R\$ 405,50

53	Enucleação do globo ocular de 11 a 20kg	2	R\$ 227,71	R\$ 455,42
54	Enucleação do globo ocular acima de 21kg	2	R\$ 253,46	R\$ 506,93
55	Eversão da cartilagem da terceira pálpebra até 10kg	2	R\$ 166,16	R\$ 332,31
56	Eversão da cartilagem da terceira pálpebra de 11 a 20 kg	2	R\$ 190,29	R\$ 380,58
57	Eversão da cartilagem da terceira pálpebra acima de 21kg	2	R\$ 227,71	R\$ 455,42
58	Prolapso da glândula da terceira pálpebra - reposicionamento - até 10 kg	2	R\$ 176,62	R\$ 353,23
59	Prolapso da glândula da terceira pálpebra - reposicionamento - de 11 a 20kg	2	R\$ 201,54	R\$ 403,09
60	Prolapso da glândula da terceira pálpebra - reposicionamento - acima de 21 kg	2	R\$ 228,51	R\$ 457,01
CIRURGIAS DO APARELHO DIGESTIVO				
61	Enterotomia até 10kg	2	R\$ 228,51	R\$ 457,01
62	Enterotomia de 11 a 20kg	2	R\$ 278,41	R\$ 556,82
63	Enterotomia acima de 21kg	2	R\$ 330,31	R\$ 660,63
64	Hérnia diafragmática até 10kg	2	R\$ 403,11	R\$ 806,22
65	Hérnia diafragmática de 11 a 20kg	2	R\$ 452,98	R\$ 905,97
66	Hérnia diafragmática acima de 21kg	2	R\$ 477,77	R\$ 955,54
67	Hérnia inguinal até 10kg	2	R\$ 303,33	R\$ 606,67
68	Hérnia inguinal de 11 a 20kg	2	R\$ 328,29	R\$ 656,58
69	Hérnia inguinal acima de 21kg	2	R\$ 353,22	R\$ 706,45
70	Hérnia perineal até 10kg	2	R\$ 315,80	R\$ 631,61
71	Hérnia perineal de 11 a 20kg	2	R\$ 340,75	R\$ 681,50
72	Hérnia perineal acima de 21kg	2	R\$ 365,69	R\$ 731,38
73	Hérnia umbilical até 10kg	2	R\$ 228,51	R\$ 457,01
74	Hérnia umbilical de 11 a 20 kg	2	R\$ 253,46	R\$ 506,93
75	Hérnia umbilical acima de 21kg	2	R\$ 278,41	R\$ 556,82
76	Laparotomia exploratória até 10kg	2	R\$ 191,10	R\$ 382,21
77	Laparotomia exploratória de 11 a 20kg	2	R\$ 226,50	R\$ 452,99
78	Laparotomia exploratória acima de 21kg	2	R\$ 263,92	R\$ 527,83
79	Prolapso de reto até 10 kg	3	R\$ 278,41	R\$ 835,23
80	Prolapso de reto de 11 a 20kg	3	R\$ 328,29	R\$ 984,87
81	Prolapso de reto acima de 21kg	3	R\$ 403,11	R\$ 1.209,33
82	Torção/dilatação gástrica até 10kg	2	R\$ 253,46	R\$ 506,93
83	Torção/dilatação gástrica de 11 a 20kg	3	R\$ 315,80	R\$ 947,41
84	Torção/dilatação gástrica acima de 21kg	5	R\$ 378,17	R\$ 1.890,85
85	Esplenectomia até 10kg	2	R\$ 303,33	R\$ 606,67
86	Esplenectomia de 11 a 20kg	2	R\$ 340,75	R\$ 681,50
87	Esplenectomia acima de 21kg	2	R\$ 403,11	R\$ 806,22
88	Evisceração - tratamento cirúrgico - ate 10kg	2	R\$ 315,80	R\$ 631,61
89	Evisceração - tratamento cirúrgico - de 11 a 20kg	2	R\$ 340,75	R\$ 681,50
90	Evisceração - tratamento cirúrgico - acima de 21kg	2	R\$ 365,69	R\$ 731,38
CIRURGIAS BUCO-MAXILO-FACIAIS				

91	Extração de dente decíduo até 10kg	2	R\$ 328,29	R\$ 656,58
92	Extração de dente decíduo de 11 a 20kg	2	R\$ 353,22	R\$ 706,45
93	Extração de dente decíduo acima de 21kg	2	R\$ 378,17	R\$ 756,34
94	Extração de dente permanente até 10kg	2	R\$ 191,10	R\$ 382,21
95	Extração de dente permanente de 11 a 20kg	2	R\$ 216,04	R\$ 432,09
96	Extração de dente permanente acima de 21kg	2	R\$ 240,99	R\$ 481,98
97	Fenda palatina até 10kg	2	R\$ 228,51	R\$ 457,01
98	Fenda palatina de 11 a 20kg	2	R\$ 253,46	R\$ 506,93
99	Fenda palatina acima de 21kg	2	R\$ 278,41	R\$ 556,82
100	Madibulectomia rostral até 10kg	2	R\$ 315,80	R\$ 631,61
101	Madibulectomia rostral de 11 a 20kg	2	R\$ 340,75	R\$ 681,50
102	Madibulectomia rostral acima de 21kg	2	R\$ 365,69	R\$ 731,38
103	Maxilectomia rostral até 10kg	2	R\$ 290,88	R\$ 581,75
104	Maxilectomia rostral de 11 a 20kg	2	R\$ 315,80	R\$ 631,61
105	Maxilectomia rostral acima de 21kg	2	R\$ 340,75	R\$ 681,50
106	Osteossíntese de sínfise mandibular até 10kg	2	R\$ 353,22	R\$ 706,45
107	Osteossíntese de sínfise mandibular de 11 a 20kg	2	R\$ 403,11	R\$ 806,22
108	Osteossíntese de sínfise mandibular acima de 21kg	2	R\$ 440,52	R\$ 881,03
109	Retirada de cerclagem mandibular até 10kg	2	R\$ 152,90	R\$ 305,80
110	Retirada de cerclagem mandibular de 11 a 20 kg	2	R\$ 190,29	R\$ 380,58
111	Retirada de cerclagem mandibular acima de 21kg	2	R\$ 228,51	R\$ 457,01
CIRURGIAS TRAUMÁTICAS E ORTOPÉDICAS				
112	Amputação de cabeça de fêmur até 10kg	3	R\$ 519,06	R\$ 1.557,19
113	Amputação de cabeça de fêmur de 11 a 20kg	3	R\$ 581,44	R\$ 1.744,32
114	Amputação de cabeça de fêmur acima de 21kg	2	R\$ 610,45	R\$ 1.220,90
115	Amputação de dígito até 10kg	3	R\$ 344,81	R\$ 1.034,44
116	Amputação de dígito de 11 até 20kg	3	R\$ 365,69	R\$ 1.097,07
117	Amputação de dígito acima de 21kg	3	R\$ 405,13	R\$ 1.215,39
118	Amputação membro locomotor anterior ou posterior total até 10kg	3	R\$ 455,01	R\$ 1.365,03
119	Amputação membro locomotor anterior ou posterior total de 11 a 20kg	3	R\$ 508,95	R\$ 1.526,86
120	Amputação membro locomotor anterior ou posterior total acima de 21kg	3	R\$ 552,77	R\$ 1.658,32
121	Imobilização para fraturas e luxações até 10kg	7	R\$ 191,10	R\$ 1.337,72
122	Imobilização para fraturas e luxações de 11 a 20 kg	7	R\$ 215,04	R\$ 1.505,30
123	Imobilização para fraturas e luxações acima de 21kg	7	R\$ 240,99	R\$ 1.686,93
124	Osteossíntese - fêmur, pelve, radio, tibia - até 10kg	6	R\$ 313,77	R\$ 1.882,64
125	Osteossíntese - fêmur, pelve, radio, tibia - 11 a 20kg	6	R\$ 382,23	R\$ 2.293,40
126	Osteossíntese - fêmur, pelve, radio, tibia - acima de 21kg	6	R\$ 442,54	R\$ 2.655,26
127	Redução de fratura aberta (pino, placa, cerclagem) até 10kg	4	R\$ 438,50	R\$ 1.753,99
128	Redução de fratura aberta (pino, placa, cerclagem) 11 a 20kg	4	R\$ 502,87	R\$ 2.011,48
129	Redução de fratura aberta (pino, placa, cerclagem)	4	R\$ 567,26	R\$ 2.269,04

	acima de 21kg			
130	Retirada fixador externo até 10kg	4	R\$ 152,90	R\$ 611,60
131	Retirada fixador externo de 11 a 20kg	4	R\$ 190,29	R\$ 761,16
132	Retirada fixador externo acima de 21kg	4	R\$ 209,98	R\$ 839,91
133	Retirada de pino intramedular complexa até 10kg	4	R\$ 164,13	R\$ 656,53
134	Retirada de pino intramedular complexa de 11 a 20kg	4	R\$ 191,10	R\$ 764,41
135	Retirada de pino intramedular complexa acima de 21kg	4	R\$ 228,51	R\$ 914,03
CIRURGIAS DO APARELHO UROGENITAL				
136	Amputação de cauda fins corretivos até 10kg	2	R\$ 228,51	R\$ 457,01
137	Amputação de cauda fins corretivos de 11 a 20kg	2	R\$ 276,38	R\$ 552,75
138	Amputação de cauda fins corretivos acima de 21kg	2	R\$ 328,29	R\$ 656,58
139	Cesariana até 10kg	6	R\$ 253,45	R\$ 1.520,72
140	Cesariana de 11 a 20 kg	6	R\$ 315,80	R\$ 1.894,82
141	Cesariana acima de 21kg	6	R\$ 376,15	R\$ 2.256,88
142	Cistotomia até 10kg	3	R\$ 189,08	R\$ 567,24
143	Cistotomia de 11 a 20kg	3	R\$ 228,51	R\$ 685,52
144	Cistotomia acima de 21kg	3	R\$ 276,38	R\$ 829,13
145	Correção de atresia anal até 10kg	1	R\$ 249,01	R\$ 249,01
146	Correção de atresia anal de 11 a 20kg	1	R\$ 313,38	R\$ 313,38
147	Correção de atresia anal acima de 21kg	1	R\$ 375,73	R\$ 375,73
148	Correção de fístula anal até 10kg	2	R\$ 189,08	R\$ 378,16
149	Correção de fístula anal de 11 a 20kg	2	R\$ 228,51	R\$ 457,01
150	Correção de fístula anal acima de 21kg	2	R\$ 263,92	R\$ 527,83
151	Hiperplasia da mucosa vaginal até 10kg	2	R\$ 187,06	R\$ 374,12
152	Hiperplasia da mucosa vaginal de 11 a 20kg	2	R\$ 228,51	R\$ 457,01
153	Hiperplasia da mucosa vaginal acima de 21kg	2	R\$ 276,38	R\$ 552,75
154	Mastectomia simples (retirada de uma massa) até 10kg	2	R\$ 251,43	R\$ 502,86
155	Mastectomia simples (retirada de uma massa) de 11 a 20kg	2	R\$ 313,77	R\$ 627,55
156	Mastectomia simples (retirada de uma massa) acima de 21kg	2	R\$ 378,17	R\$ 756,34
157	Mastectomia total unilateral até 10kg	2	R\$ 378,17	R\$ 756,34
158	Mastectomia total unilateral de 11 a 20kg	2	R\$ 440,52	R\$ 881,03
159	Mastectomia total unilateral acima de 21kg	2	R\$ 501,67	R\$ 1.003,33
160	Parto distócico até 10kg	2	R\$ 228,51	R\$ 457,01
161	Parto distócico de 11 a 20kg	2	R\$ 228,51	R\$ 457,01
162	Parto distócico acima de 21kg	2	R\$ 278,52	R\$ 557,04
163	Parto normal até 10kg	7	R\$ 153,69	R\$ 1.075,85
164	Parto normal de 11 a 20kg	6	R\$ 189,08	R\$ 1.134,48
165	Parto normal acima de 21kg	6	R\$ 226,83	R\$ 1.360,98
166	Penectomia até 10kg	3	R\$ 251,43	R\$ 754,29
167	Penectomia de 11 a 20kg	2	R\$ 315,80	R\$ 631,61
168	Penectomia acima de 21kg	2	R\$ 353,22	R\$ 706,45

169	Piometra até 10kg	7	R\$ 253,46	R\$ 1.774,24
170	Piometra de 11 a 20kg	7	R\$ 315,80	R\$ 2.210,62
171	Piometra acima de 21kg	7	R\$ 378,17	R\$ 2.647,19
172	Prolapso de útero ou vagina até 10kg	4	R\$ 191,10	R\$ 764,41
173	Prolapso de útero ou vagina até 10kg	4	R\$ 228,51	R\$ 914,03
174	Prolapso de útero ou vagina até 10kg	4	R\$ 276,38	R\$ 1.105,51
175	Retirada de tumor vaginal até 10 kg	4	R\$ 228,51	R\$ 914,03
176	Retirada de tumor vaginal de 11 a 20kg	4	R\$ 303,33	R\$ 1.213,33
177	Retirada de tumor vaginal acima de 21kg	4	R\$ 328,28	R\$ 1.313,13
178	Uretrostomia até 10kg	2	R\$ 191,10	R\$ 382,21
179	Uretrostomia de 11 a 20kg	2	R\$ 253,46	R\$ 506,93
180	Uretrostomia acima de 21kg	2	R\$ 315,80	R\$ 631,61
181	Retirada de cálculo de vesícula até 10kg	3	R\$ 191,08	R\$ 573,24
182	Retirada de cálculo de vesícula de 11 a 20 kg	2	R\$ 254,13	R\$ 508,26
183	Retirada de cálculo de vesícula acima de 21kg	2	R\$ 315,80	R\$ 631,61
184	Litíase de cálculo renal até 10kg	4	R\$ 191,10	R\$ 764,41
185	Litíase de cálculo renal de 11 a 20 kg	2	R\$ 253,46	R\$ 506,93
186	Litíase de cálculo renal acima de 21kg	2	R\$ 315,80	R\$ 631,61
187	Desobstrução renal felina até 10kg	6	R\$ 191,10	R\$ 1.146,62
188	Desobstrução renal felina acima de 11kg	5	R\$ 228,51	R\$ 1.142,53
ESTERELIZAÇÃO - CASTRAÇÃO				
189	Esterelização de cães e gatos	360	R\$ 175,17	R\$ 63.060,00
190	Microchip de identificação	400	R\$ 16,40	R\$ 6.560,00
EXAMES LABORATORIAIS E DE IMAGEM				
191	Eletrocardiograma	8	R\$ 240,11	R\$ 1.920,85
192	Radiografia contrastada	20	R\$ 270,29	R\$ 5.405,87
193	Radiografia simples 1 posição	50	R\$ 153,69	R\$ 7.684,67
194	Radiografia simples 2 posições	30	R\$ 228,51	R\$ 6.855,20
195	Ultrassom abdominal	40	R\$ 202,36	R\$ 8.094,53
196	Teste de cinomose	70	R\$ 45,66	R\$ 3.195,97
197	Teste de parvovirose	70	R\$ 45,66	R\$ 3.195,97
198	Teste de fluoresceína	25	R\$ 51,90	R\$ 1.297,42
199	Teste rápido de raspagem de pele	50	R\$ 39,44	R\$ 1.972,00
200	Exame parasitológico de fezes para os animais alojados no canil/gatil	62	R\$ 25,26	R\$ 1.565,91
201	Hemograma completo	62	R\$ 51,90	R\$ 3.217,59
202	Vacina V10	150	R\$ 51,86	R\$ 7.779,50
203	Vacina tríplice felina	150	R\$ 51,86	R\$ 7.779,50
204	Vacina antirrábica (somente quando não fornecida pelo município)	150	R\$ 20,65	R\$ 3.097,00
MEDICAMENTOS EM EMERGÊNCIA				
205	Adrenalina/ atropina/ cloridrato de doxapram/ anti-hemorragico	700	R\$ 19,87	R\$ 13.911,33
ENCAMINHAMENTO ESPECIALISTA				
206	Cardiologista	1	R\$ 371,29	R\$ 371,29
207	Endocrinologista	1	R\$ 370,63	R\$ 370,63

208	Oftalmologista	1	R\$ 370,63	R\$ 370,63
209	Dermatologista	1	R\$ 370,63	R\$ 370,63
210	Ortopedista	1	R\$ 370,63	R\$ 370,63
211	Fisioterapeuta	24	R\$ 370,63	R\$ 8.895,12
TRATAMENTO ESPECIALISTA				
212	Ozonioterapia	24	R\$ 79,03	R\$ 1.896,80
ALOJAMENTO				
213	Diária de alojamento para 150* animais durante 30 dias por mês e por 12 meses - sem medicamento, com alimentação, higiene e limpeza	54000	R\$ 16,67	R\$ 900.000,00
214	Diária de internação clínica para 30* animais durante 30 dias por mês e por 12 meses - com medicamento, com alimentação, higiene e limpeza	10800	R\$ 33,38	R\$ 360.540,00
ANIMAIS DE GRANDE PORTE				
215	Captura e guarda de grandes animais (equinos/bovinos/suínos/caprinos/ovinos) em via pública.	3	R\$ 1.545,20	R\$ 4.635,60
VEÍCULOS				
216	Veículo adequado para captura de animais de acordo com o porte, adequado às normas do CRMV, disponibilidade 08 horas por dia, de segunda a sexta feira, finais de semana e feriados, com motorista e ajudante, com no máximo 05 anos de fabricação, para a realização de recolhimento seletivo de animais doentes, agressivos, promotores de agravos físicos, causadores de danos ao meio ambiente, em sofrimento ou correndo risco de morte, atropelados e em risco de vida, incluindo ainda, todo material necessário para realizar o serviço com segurança e rapidez, incluindo combustível e motorista. Estimada a captura de 50 animais/mês.	12	R\$ 20.446,67	R\$ 245.360,00
TOTAL				R\$ 1.883.347,21

7. Prazo de entrega ou execução do serviço: 12 (doze) meses.

8. Forma de pagamento: Conforme medição dos serviços executados.

9. Observação: Os itens e as quantidades poderão ser reajustadas (supressão ou aditamento) a depender da necessidade de ajuste do contrato aos atendimentos desde que não ultrapasse o valor global licitado.

Marcelo Marques de Souza
Secretário do Meio Ambiente

ANEXO II

FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇOS – (MODELO)

PROCESSO Nº .../2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2023

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSCR. ESTADUAL:		CNPJ:
DATA:	VALIDADE DA PROPOSTA:	PRAZO DE EXECUÇÃO:

ITEM	QUANT	Unid	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	01	sv			
Valor Global					R\$

Validade da Proposta:

Condições de Pagamento:

Declaro estar ciente e de acordo com as especificações contidas no anexo I e as normas do edital.

(data)

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO III

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº...../ 2023

São partes neste instrumento de contrato administrativo de fornecimento de Prestação de Serviço:

I- CONTRATANTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com CNPJ nº 46.522.991/0001-73, e com sede à Rua Manoel Alves Garcia, nº 100, Jardim São Luiz, distrito e município de Jandira, Estado de São Paulo, neste ato representada pela Secretário Municipal da Receita, **Sr. DENY DE VICO DIAS** portador da Cédula de Identidade com RG. sob o nº _____ e devidamente inscrito no CPF/MF. sob o nº _____, doravante designada CONTRATANTE e;

II - CONTRATADA

Pessoa Jurídica- Direito Privado: (nome, denominação ou razão social ou empresarial)
com sede a..... (endereço completo- rua, av. estrada.rodovia- nº- Bairro- Cidade- Estado- Cep- telefone)
com inscrição no CNPJ/MF nº neste ato tendo como seu representante legal, na condição de.....(sócio, gerente, procurador, etc....)....., o Sr..... portador da cédula de identidade RG nº e CPF/MF nº....., residente e domiciliado à..... (endereço completo- rua, av. estrada.rodovia- nº- Bairro- Cidade- Estado- Cep -), doravante designada CONTRATADA.

As partes aqui nomeadas e qualificadas tem entre si, certo, justo, combinado e contratado o presente contrato administrativo de prestação de serviços de manutenção do objeto mencionado na Cláusula Primeira, tudo nos termos do procedimento de licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico sob nº...../2023, Processo Administrativo nº. /2023, regendo-se pelo disposto na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, pelo Edital da licitação, pela proposta e condição vencedora do certame ofertadas pela CONTRATADA, pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as regras do direito administrativo e as disposições do direito privado, e em especial por este Contrato Administrativo nº...../2023 pelas cláusulas, sub-cláusulas e condições adiante enunciadas, que aceitam e outorgam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1- O presente contrato tem por objetivo, sob natureza de contrato administrativo, por prazo determinado, a prestação de serviços de..... em atendimento as Secretaria Municipal de, conforme especificações do Anexo I do Edital, o qual fica fazendo parte integrante deste contrato, realizando e levando a efeitos com conhecimentos e aptidões profissionais indispensáveis para a execução e desempenho dos serviços, atribuições e encargos dos serviços a serem prestados, mantendo-os durante toda a execução do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO :

2- Os serviços contratados serão executados pelo preço **GLOBAL**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO e DA PRORROGAÇÃO

3. - O prazo contratual terá sua vigência por 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Legislação vigente.

3.1 – O presente contrato administrativo poderá ser prorrogado, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, pelo mesmo prazo de duração previsto nesta cláusula, e por Termo de Aditamento de prorrogação de prazo contratual, podendo ainda ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 48 (quarenta e oito) meses a teor do inciso IV do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, e em caráter excepcional, devida e amplamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o limite de prazo aqui descrito poderá ser prorrogado por mais até 12 (doze) meses, na forma do disposto no § 4º do art.57 da Lei federal nº 8.666/93.

3.2 – A prorrogação de prazo contratual aqui prevista e na forma da legislação aplicável, far-se-á mediante manifestação expressa e escrita, com antecedência de 60 (sessenta) dias da data de vencimento do Contrato, pela CONTRATADA, caso seja de seu interesse, ou da CONTRATANTE, por provocação da Secretaria Municipal gestora do Contrato, e desde que reciprocamente haja interesse de ambos na prorrogação de prazo contratual. No caso de não haver manifestação na forma aqui prescrita, o contrato ficará automaticamente extinto.

3.3.– A prorrogação de prazo contratual, reciprocamente aceitas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, será feita por Termo de Aditamento de prorrogação de prazo contratual, mantendo-se todas as demais cláusulas, sub-cláusulas e condições contratuais.

3.4 – Não é permitido ao contrato (a) suspender a execução do objeto contratual, sem justo motivo, bem como executá-lo com lentidão, com o fim de prorrogar a duração do contrato, sujeitando – se, se assim agir, às penalidades legais e contratuais, sem prejuízo das responsabilidades civil, penal e administrativa.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, DA REVISÃO E DO REAJUSTE

4- Pela execução do objeto do presente contrato administrativo, a CONTRATANTE obriga-se a pagar a CONTRATADA o preço de R\$.....

(.....)

estando incluído no preço todas as despesas diretas, e indiretas, tais como os materiais descritos no anexo deste contrato, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais e quaisquer outras necessárias a plena execução deste contrato.

4.1 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, observado o que dispõe o § 1º do art.58 da Lei Federal nº 8.666/93.

4.1.1- Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do serviço prestado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de superveniência de fatos excepcionais alheios à vontade das partes, ou se sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica

extraordinária e extracontratual, que fundamentalmente repercute nas condições de preço contratados, as cláusulas econômico-financeiras do contrato poderão ser objeto de revisão para que se mantenha o equilíbrio econômico-financeiro contratual, mediante e a pedido da CONTRATADA que deverá comprovar efetivamente o desequilíbrio ou a quebra ou violação da equação econômico-financeiro do contrato, e se processará nos termos do Art. 65, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2.- Em atenção à determinação de Lei Federal nº 9.069, de 29.06.95, os preços poderão ser reajustados, somente no caso de prorrogação de prazo contratual, após decorrido 12(doze) meses, condicionado a requerimento, por escrito, da CONTRATADA, desde que em conformidade com o Índice Oficial do Governo – IPCa/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo, ficando ressalvada a possibilidade de alteração das condições para concessão de reajuste em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie,

4.2.1.- O reajuste do contrato somente será deferido, se for o caso, a contar da data de entrada do pedido, com vigência pelo período do prazo de prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

5 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, conforme realização de serviços após validação da equipe da Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal de Jandira.

Atenção: deverá constar OBRIGATORIAMENTE no corpo da N.F., o número do contrato ou A.F., o número da licitação e/ou processo.

5.1 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

5.2 - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco.

5.3 - Nos pagamentos em atraso serão acrescidos de juros de mora da caderneta de poupança, previstos nas Leis Federais números 9.494/97 e 11.960/99, *pro rata tempore*.

5.4- As faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA, contra o CONTRATANTE, e apresentadas na Secretaria da Receita.

CLÁUSULA SEXTA: DO ATRASO DE PAGAMENTO

6- Havendo atrasos no pagamento, superior à 30 dias, incidirá, sobre a quantia devida, juros de mora da caderneta de poupança, previstos nas Leis federais números 9.494/97 e 11.960/99, pro rata tempore.

CLÁUSULA SETIMA: DA SUSPENSÃO DE PAGAMENTO

7- A CONTRATANTE suspenderá o pagamento de qualquer quantia devida a CONTRATADA sempre que ocorrer circunstância que coloque em risco a realização dos objetivos do presente contrato e bem assim no caso de a CONTRATADA se recusar ou dificultar à CONTRATANTE ou seus prepostos, a livre fiscalização dos serviços, na forma prevista neste contrato, ou ainda no caso de paralisação, suspensão ou interrupção dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8- As despesas decorrentes deste contrato serão oneradas por conta das dotações de classificação funcional programática, do orçamento, de nºs:

ÓRGÃO DA DESPESA	ELEMENTO ECONÔMICO	FUNCIONAL E PROGRAMÁTICA	FONTE	SECRETARIA
12.10.00	3.3.90.39.00	04.129.7008	01 – Tesouro	Receita

CLÁUSULA NONA: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO - CONTRATO E DOS SERVIÇOS

9- À CONTRATANTE, representada pela **Secretaria da Receita**, como Gestora do contrato, reserva-se o direito de acompanhar e fiscalizar os serviços ora contratados, contidos no Termo de Referência Anexo I, deste, bem como de gerenciar os resultados obtidos com sua prestação, quando e da forma que julgar conveniente, por meio de terceiros contratados ou de preposto-servidor, como Gestor da execução contratual, especialmente destacado e designado por Ato do titular da Secretaria Municipal gestora do contrato, cabendo à CONTRATADA designar de sua parte um Gestor contratual.

9.1 - Ao Gestor do contrato da CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento dos serviços e gerenciamento dos resultados, bem como pela fiscalização e averiguação dos documentos pertinentes às questões trabalhistas e previdenciárias, competirá informar ao Gestor contratual da CONTRATADA sobre eventuais falhas e/ou correções e avaliar os resultados alcançados com a prestação dos serviços, podendo solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, a documentação referente à vinculação jurídica existente entre ela e o(s) profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços ora ajustados.

9.2 - No desempenho de suas atividades, é assegurado ao Gestor do contrato o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições. cujo representante indicado pelo Sr. (a) Secretário(a), anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo certo que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

9.3 - As solicitações, reclamações, exigências e observações relacionadas com a execução das atividades serão comunicadas por escrito pelo Gestor do contrato.

9.4 - Qualquer entendimento entre o Gestor do Contrato e a CONTRATADA será feito sempre por escrito, não sendo levadas em consideração para nenhum efeito quaisquer alegações fundamentadas em ordem ou declarações verbais.

9.5 - A ação ou omissão do Gestor da CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento dos serviços contratados não exime, em hipótese alguma, a CONTRATADA, da integral responsabilidade pelos serviços objeto do presente contrato.

9.6 - A CONTRATADA deverá estar rigorosamente em dia com suas obrigações tributárias e Fiscais, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, cuja fiscalização e constatação será feita pela Secretaria Municipal gestora do contrato, na forma, condições e critérios estabelecidos pelo órgão gestor do contrato, e sempre antes do ateste da nota fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA : DO PESSOAL

10 - O pessoal que a CONTRATADA contratar para a execução dos serviços ora avançados não terá relação de emprego com a CONTRATANTE e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, sendo tudo da exclusiva responsabilidade da CONTRATADA. No caso de vir a CONTRATANTE a ser denunciada judicialmente, a CONTRATADA a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar, bem como de toda e qualquer despesa relacionada à promoção de sua defesa, incluindo custas, taxas, deslocamentos, bem como honorários advocatícios.

10.1 - A CONTRATADA é a única responsável pelos encargos do pagamento dos salários devidos à mão de obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, tributos e outras providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados, e por tais encargos deverá responder. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos referidos, não transferirá à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

10.2 - Na hipótese de a CONTRATANTE vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da CONTRATADA durante a vigência contratual, ou mesmo em outras ações, e se o contrato estiver vigente, o valor de referida condenação poderá ser deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Despesas relacionadas à promoção de defesa da CONTRATANTE, ocorridas no curso do processo, também poderão ser cobradas pela CONTRATANTE da Contratada. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e, desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CONTRATANTE, a título de condenação solidária ou subsidiária, a CONTRATANTE ajuizará ação de regresso contra a CONTRATADA, com a qual desde já a mesma expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA : DA RESPONSABILIDADE CIVIL

11 - A Prefeitura, ora CONTRATANTE, não responderá, por força do disposto no art. 71 *caput* da lei federal nº 8.666/93 solidária ou subsidiariamente, por quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA em razão do presente contrato, seja para com os integrantes de seu pessoal em face da impessoalidade e da não subordinação, seja para com os Poderes Públicos ou para com terceiros em geral, sejam tais obrigações de que natureza forem, especialmente as decorrentes de relações empregatícias, trabalhistas,

previdenciário, acidentário, tributário, fiscais ou comerciais, de forma que o descumprimento ou inadimplência

de tais obrigações pela CONTRATADA importará em rescisão do presente contrato, mediante pré-aviso, notificação judicial ou extrajudicial, ficando ainda assegurado desde já à CONTRATANTE o direito de acionar em regresso a CONTRATADA caso venha a ser alvo de qualquer demanda decorrente deste contrato.

11.1 - Caso por decisão judicial, não seja reconhecida o disposto no art.71 **caput** da Lei Federal nº 8.666/93, e a CONTRATANTE efetivamente detectar ou constatar a inadimplência da CONTRATADA em relação aos direitos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários decorrentes deste contrato, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA estabelecendo-lhe prazo para que regularize a situação ou apresente defesa sob pena de rescisão contratual, e devendo ainda a CONTRATANTE comunicar ao Ministério Público do Trabalho a inadimplência da CONTRATADA, no caso dos direitos trabalhistas não pagos ou pagos incorretamente.

11.2 - Se a inadimplência que descreve a subclausula 10.1, não for regularizada, fica facultado à CONTRATANTE proceder a retenção do pagamento relativamente aos valores efetivamente existentes pela inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA : DIREITOS E PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

12- Com relação ao presente instrumento de contrato administrativo, ficarão asseguradas à CONTRATANTE todos os direitos e prerrogativas previstas no art. 58 da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA : DIREITOS E PRERROGATIVAS DA CONTRATADA

13- Com relação ao presente instrumento de contrato administrativo, fica assegurado a CONTRATADA, os direitos e prerrogativas:

13.1- Indenização pelo que houver executado, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que tais prejuízos não lhe sejam imputáveis, no caso de ser declarada a nulidade do contrato administrativo;

13.2 - Receber o pagamento do preço avençado no modo e tempo avençados;

13.3 - Revisão contratual para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, em caso de alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, na forma do disposto nos §§ 5º e 6º do art. 65 ou ainda em conformidade com o disposto no § 6º, inciso II do art.65, todos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA : DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

14- Com relação ao presente instrumento de contrato administrativo constituem deveres, obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:

14.1- O pagamento à CONTRATADA do preço, no modo e tempo ajustados;

14.2- Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades na execução dos serviços, para adoção das providências cabíveis;

14.3- Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços dentro das normas do Edital de licitação e do respectivo contrato;

14.4- Disponibilizar, se for o caso e ser necessário, de local para execução dos serviços, sendo uma sala na

sede ou outro órgão da CONTRATANTE;

14.5.- Designar, através do gestor do contrato, funcionário ou terceiro para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA : DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

15- Com relação ao presente instrumento de contrato administrativo , constituem deveres, obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

15.1.- o planejamento da execução dos serviços, nos seus aspectos administrativos e técnicos;

15.2.- sem prejuízo de sua responsabilidade, comunicar à fiscalização, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução ou no controle técnico dos serviços, bem como qualquer fato que possa colocar em risco a segurança e a qualidade dos serviços e sua execução dentro do prazo pactuado;

15.3.- atender a CONTRATANTE na determinação de paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica e de segurança ou, ainda, no caso de inobservância e/ou desobediência às suas determinações, cabendo a CONTRATADA quando as razões de paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus e encargos decorrentes;

15.4.- aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizer a CONTRATANTE no objeto da contratação até os limites legais estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/93;

15.5.- manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que deu origem ao presente instrumento, em especial as condições de habilitação e qualificação

15.6.- prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender pronta e irrestritamente.

15.7 – Dar cumprimento integral ao prazo contratual e dos respectivos Termos Aditivos de prorrogação de prazo, sob pena das cominações legais e contratuais.

15.8.- Impedir que pessoas estranhas ao contrato façam intervenção nos serviços, objeto deste contrato.

15.9.- Toda a responsabilidade de que em qualquer caso por lesão, danos ou prejuízos que, eventualmente, venham a sofrer a CONTRATANTE, na coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência de culpa ou dolo da CONTRATADA, na execução do contrato, sejam eles causados por si, seus prepostos, agentes ou funcionários, bem como por pessoas por esta autorizadas a permanecer no local dos serviços, correndo por sua exclusiva expensa, os ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam motivar, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento exercidos pela CONTRATANTE;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA : DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

16- O presente contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela CONTRATANTE ou por Acordo entre as partes com as devidas justificativas, na forma e na ocorrência de qualquer dos casos previstos nas alíneas, incisos e parágrafos do artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA : DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL

17- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, quais sejam , as sanções administrativas, multas e penalidades, a teor do art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das demais expressamente previstas neste instrumento contratual.

17.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas nos incisos e parágrafos dos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

18- Além da inexecução total ou parcial do contrato, constituem motivos para a rescisão contratual o disposto nos incisos I a XVIII do art.78 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.1 – A Rescisão contratual poderá ser Administrativa,por ato unilateral e expresso pela CONTRATANTE, ou Amigável,por acordo entre as partes ou Judicial nos termos da legislação, a teor dos incisos I a III do art. 79 ,com observância aos parágrafos 1º, 2º e 5º , da Lei Federal nº 8.666/93.

18.2- A Rescisão Administrativa por ato unilateral e expresso da CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções previstas na legislação de regência, implicará nas consequências que descrevem os incisos e parágrafos do art.80 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.3- Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo da licitação que deu origem a este instrumento, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa,a teor do parágrafo único do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.4- A Rescisão Administrativa ou Amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente,consoante dispõe o § 1º do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTAS

19 - Nos termos do disposto no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, assegurando-se o direito de defesa à CONTRATADA, aplicar as seguintes sanções:

19.1.1- Advertência;

19.1.2- Multas, na forma prevista neste contrato;

19.1.3- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura do Município de Jandira, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

19.1.4- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por ato exclusivo do Chefe do Executivo Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

19.2- A aplicação da sanção prevista como multas, desta cláusula, não impede a aplicação concomitante ou não das demais sanções previstas neste contrato.

19.3- Sem prejuízo do disposto no art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a CONTRATADA fica sujeito às seguintes penalidades de multa:

19.3.1- multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injustificada em assinar o Termo de Contrato no prazo para o qual for convocada, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida;

19.3.2- Pelo atraso na execução do contrato – multa moratória de cinco décimos por cento (0,5%) por dia de atraso ou paralisação injustificados, até o limite de 10% (dez por cento), poderá ser considerado infração contratual, com a conseqüente rescisão da contratação, independentemente de qualquer aviso ou notificação, sem prejuízo da multa prevista no subitem seguinte.

19.3.3 - multa contratual de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pela inexecução total ou parcial do contrato ou infração a qualquer das cláusulas contratuais.

19.4 - As multas aplicadas, após regular processo administrativo, serão descontadas diretamente do montante das garantias quando efetuadas, dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

20- Todos os formulários, memorando, impressos, planilhas, demonstrativos, projetos, propostas, contratos, papéis, processos, pareceres, leis, portarias, decretos, resoluções, atos, cópias e demais documentos, cópias de “CD’s” contendo informações concernentes à atividades do Poder Executivo Municipal, endereçados, entregues ou confiados a CONTRATADA, para o exercício normal dos serviços a serem prestados, ou por ele próprio preparado em razão de suas atribuições, na forma deste contrato, pertencem exclusivamente à CONTRATANTE e a ela deverão ser devolvidas sempre que lhe for solicitado a qualquer tempo, e especialmente quando findo por rescisão ou extinção o presente contrato, sob pena de responsabilidade Civil, Criminal e Administrativa.

20.1 – A CONTRATADA se compromete, em caráter irrevogável e irretratável, a manter segredo e sigilo absoluto e a não transmitir, direta ou indiretamente, a quem quer que seja, em qualquer época, mesmo após a extinção ou rescisão deste contrato, quaisquer informações ou conhecimentos administrativos, técnico, político, operacionais, financeiros, ou econômicos e tudo o mais de caráter confidencial, sigiloso ou não público pertinentes à Prefeitura do Município de Jandira, ressalvadas a utilização de tais informações e conhecimentos apenas para o desempenho normal dos serviços a serem prestados, durante a vigência deste contrato.

20.2– Para todos os efeitos de direito, as partes declaram aceitar o presente contrato administrativo nos expressos termos em que foi lavrado, obrigando-se a si, a bem fielmente cumpri-lo.

20.3 – Se qualquer parte do presente contrato administrativo, não importando o motivo, for declarada ou reconhecida como nula, não afetará as outras cláusulas ou condições, sendo que o contrato continuará em pleno vigor e efeito durante sua vigência.

20.4 - Nenhum serviço fora das especificações deste contrato poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa concordância da CONTRATANTE;

20.5 - os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, e observados supletivamente os preceitos de direito público, de direito administrativo, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

20.6 - Vigora o princípio da vinculação deste contrato às condições do Edital de Licitação nº _____ e à proposta selecionada da Contratada vencedora do certame, a teor das disposições do inciso XI do art.55 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: ELEIÇÃO DA COMPETÊNCIA DO FORO e DA SUCESSÃO

21- As partes elegem, neste ato e desde já, a Comarca de Jandira, no Estado de São Paulo, como competente para qualquer demanda judicial e para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda ou que verse sobre o presente instrumento, renunciando e excluindo expressamente qualquer outro, porventura reconhecido e assegurado, por mais permitido, especial ou privilegiado que se configure, inclusive no caso de mudança de sede, domicílio ou residência, sendo que tudo o que for devido, em razão deste contrato, poderá ser cobrado ou exigido em ação apropriada.

21.1 – A eventual demora da parte inocente em providenciar judicialmente ou não, a defesa de seus interesses, jamais poderá ser entendida como assentimento de eventual infração contratual verificada.

21.2 - As partes se obrigam por si, seus sucessores ou herdeiros a título singular ou universal, ao total e fiel cumprimento do que ora ficou ajustado e contratado, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, a teor do disposto no “in-fine” do art.66 da Lei Federal nº 8.666/93.

E por representar a livre manifestação de vontade das partes, e por se acharem em perfeito acordo, justo e contratado em tudo quanto neste Instrumento de Contrato Administrativo foi lavrado em 03 (três) vias de igual forma e teor, obrigando-se as partes a cumprir o presente contrato, assinando-o na presença de 02 (duas) testemunhas para que surta os devidos efeitos legais e jurídicos.

Jandirade de 2023

Secretário
CPF
EMAIL INSTITUCIONAL
E-MAIL PESSOAL

Empresa
Sócio ou representante legal
CONTRATADA
CPF
EMAIL INSTITUCIONAL
E-MAIL PESSOAL

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:
E-MAIL INSTITUCIONAL
E-MAIL PESSOAL

Nome:
CPF:
E-MAIL INSTITUCIONAL
E-MAIL PESSOAL

ANEXO IV

MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO IV.1

MODELO A QUE SE REFERE AO ITEM 8.1.4.1 E 2.3 DO EDITAL
(em papel timbrado da licitante)

Nome completo: _____

RG nº: _____ CPF nº: _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº __/__, Processo nº __/__;

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.3 deste Edital.
- c) atende a todos os requisitos de habilitação;
- d) inexistente fato superveniente impeditivo da habilitação;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.2

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO
MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

MODELO REFERENTE AO ITEM 8.1.4.2 DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.3

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 8.1.4.3 DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ___/___, Processo nº ___/___, **DECLARO**, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.4

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007
(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 8.1.4.4. DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ___/___, Processo nº ___/___, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021) -

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA**

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):/2023

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:de de 2023

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: **HENRI HAJIME SATO**

Cargo: **PREFEITO**

CPF: **033.323.988-14**

Assinatura: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:
Cargo:

CPF:
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura: _____